

O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)

Reconceptualization Movement in Brazil: the Professional Project of the School of Social Work of the Catholic University of Minas Gerais (1964-1980)

Maria Rosângela Batistoni*

Resumo – O resgate histórico e teórico do projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, constitui um dos subprojetos da pesquisa coletiva *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. Naquela Escola foi formulado o conhecido “Método Belo Horizonte”, expressão do Movimento de Reconceituação latino-americano na particularidade brasileira. Tendo isso em vista, o presente artigo apresenta os eixos, pressupostos e caminhos investigativos na apreensão de suas bases sociopolíticas, privilegiando suas concepções teórico-metodológicas norteadoras, seus vínculos com as forças contestadoras da profissão nos países de língua hispânica, sua experimentação através da extensão e estágios, suas influências e seus desdobramentos para o Serviço Social.

Palavras-chave: Movimento de Reconceituação; ditadura militar; “Método Belo Horizonte”; fundamentos do Serviço Social.

Abstract – Analyzing the experience of the Belo Horizonte School is one of the focuses of the collective research project “The Reconceptualization Movement of Social Services in Latin America (Argentina, Brazil, Chile and Colombia): historical factors, international dialogues and memory.” This school formulated the famous Belo Horizonte method, expression of the Latin American reconceptualization in Brazil. This article presents the axes, assumptions and investigative paths in the apprehension of its socio-political bases, privileging its theoretical-methodological conceptions, its links with the forces challenging the profession in Spanish-speaking countries, its experimentation through extension and stages, and its influences and developments in social work.

Keywords: reconceptualization movement; military dictators; Belo Horizonte method; fundamentals of social work.

* Assistente Social, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. *Correspondência:* UNIFESP/Baixada Santista Edifício Central: R. Silva Jardim, 136 - Vila Matias, Santos – SP. CEP: 11015-020 *Email:* <rosangelabatistoni@gmail.com>.

Introdução¹

O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina é demarcado pela literatura no período de 1965-1975 (NETTO, 1981, 2005; IAMAMOTO, 1998 ALAYÓN, 1976, 2005). Portanto, a compreensão do seu processo na particularidade brasileira exige que o mesmo seja historicizado face ao significado econômico-social da Ditadura Civil Militar (1964-1985), em sua constituição, crise e desdobramentos na “transição democrática”, bem como as implicações da natureza do Estado autocrático, do novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras². No Brasil, a Reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos Documentos de Araxá e de Teresópolis, com traços de funcionalidade com o regime autocrático (NETTO, 1991). No entanto, o caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos surge aqui em toda sua efetividade:

[...] *Instaurando condições para a formulação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.* (NETTO, 1991, p. 129 “grifos no original).

Assim, desenvolveu-se a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. As fontes sobre a experiência da escola de Belo Horizonte “ documentos elaborados entre 1971 e 1976 – são pouco conhecidos. Fazemos referência, em especial, a: *Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais; A prática como fonte de teoria; Uma Proposta de reestruturação profissional.*³

A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, no contexto do regime autocrático, foi um núcleo de *oposição e contestação*, sob os influxos das mudanças acadêmico-profissionais da Reconceituação, tal como nos países de língua hispânica, tornando-se a formulação inicial e abrangente da perspectiva renovadora de *intenção de ruptura* no Brasil, como qualifica Netto (1991, p. 276-277 – grifos no original):

uma alternativa global ao tradicionalismo [...], foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa de prá-

¹ Esse estudo é parte de pós-doutorado da autora junto ao Núcleo de Pesquisa Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social (NECLATSS), vinculado ao Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI) no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ, sob a orientação da Profa. Dra. Marilda V. Iamamoto.

² Esta é uma premissa de análise que, nos limites do texto, será apenas referida em algumas de suas fontes. Entre outros: Ianni (1981); Fernandes (1976); Netto (1991, 2014); Alves (1987).

³ Estes documentos foram publicados sob a coordenação acadêmica de Quiroga (1973 a; 1973b) pela Série ISI/ECRO. Ver também em Santos (1985).

ticas próprias do tradicionalismo, envolvendo todos estes passos, *ele corou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional*, abrangente oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

A experiência da Escola mineira emergiu na primeira metade dos anos de 1970, no imediato após o Ato Institucional nº5 (AI-5), contexto em que a repressão e violência policial militar institucionalizaram-se em todo seu alcance nos poros do Estado, estendendo-se para a sociedade civil. O regime político civil-militar compeliu as forças sociais e políticas democráticas e da esquerda sobreviventes ao isolamento à prática de resistência fragmentada, clandestina, residual e molecular. Livre de qualquer contestação, a ditadura militar garantiu as condições sob as quais o grande capital monopolista, nacional e estrangeiro alcançaria as mais altas taxas de lucros “uma espécie de mais-valia extraordinária” com a superexploração dos trabalhadores, nos termos de Ianni (1981, p. 79).

Os processos e condicionantes político-institucionais da ditadura inviabilizaram a ressonância e difusão do projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte junto a outras escolas e organismos da categoria no país⁴, permanecendo isolada até o fim da década. Mas suas formulações ganharam ampla visibilidade no meio acadêmico-profissional latino-americano, afirmando-se como *uma de suas referências* exemplares, dada a sintonia com a *feição crítica* da Reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina. A vinculação com a Reconceituação nos países de língua hispânica *foi intencionalmente buscada* pelo corpo docente da Escola de BH, como registram documentos e entrevistas (IAMAMOTO; SANTOS, Coords., 2007).

Eixos e caminhos (abertos) de reconstrução histórica

Para melhor expor os pressupostos e caminhos na apreensão do projeto de escola mineira, faz-se necessário retomar alguns traços e elementos gerais da Reconceituação Latino-Americana⁵. Como se sabe, este movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente H a partir da experiência cubana de 1959 H, que pôs na agenda a perspectiva da revolução socialista e, no contexto geopolítico da Guerra Fria, ampliou o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Esses processos

⁴ Há registros de vínculos e influências nas escolas de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), Universidade Católica de Goiânia (GO), Escola de Campina Grande (PB) e de Aracaju (SE). Um dos focos da pesquisa é o resgate dessas influências pela via documental e de memória dos seus sujeitos, dando visibilidade a experiências que veicularam traços críticos ao tradicionalismo profissional e de oposição ao regime.

⁵ Pressupostos estes sintonizados com a pesquisa coletiva, - *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória* -, da qual este subprojeto é parte. IAMAMOTO; SANTOS (coords.) (2016).

foram tensionados por lutas e movimentos sociais com refrações diretas nos Estados nacionais, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura. Esta conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial, demarcando a expansão e a crise estrutural do capital, com consequências e medidas de ajustes econômicos e sociais para a América Latina.

Estes processos societários e suas mediações históricas e geopolíticas provocaram “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina (NETTO, 1991) e determinaram as bases condensadas pelo Movimento de Reconceituação, num amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), com diferenças nos vários países. Historicamente datado, expressou a articulação político-profissional continental, direcionada pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social e pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Celats-Alaets), “soldando uma unidade de diversidades nacionais” (IAMAMOTO, 2015, p.4).

Os eixos de preocupações fundamentais do movimento, e que assentam sua *unidade*, são analisados por Iamamoto (1998,) e sintetizados nos seguintes pontos: 1) a *busca pela construção de um novo Serviço Social/ Trabajo Social latino-americano*, enraizado em seus processos sócio-históricos e capaz de decifrar os rumos de sua condição de dependência com os países centrais, contextualizando a inserção profissional; 2) os *esforços de reconstrução do próprio Serviço Social, na recusa e crítica ao tradicionalismo*, denunciando a sua pretensa neutralidade político-ideológica e debilidade teórica; 3) a *necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social*; 4) a *afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social”*, numa explícita politização da ação profissional; e 5) a *reestruturação da formação profissional* na articulação entre ensino, investigação e prática profissional, evidenciando serem as escolas universitárias o principal *locus da Reconceituação*.

No plano da orientação teórica e metodológica, o movimento conformou-se com base eclética e heterogênea; inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas e identificado com o universo do amplo “pensamento crítico”, alcançou as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista. Processos analisados por Netto (1991), Iamamoto (1998) e Quiroga (1989).

Assim explicitada, a análise do Movimento de Reconceituação, inscrito e vinculado às contingências históricas que determinaram sua emergência e desenvolvimento, implica no exercício de apreender os fundamentos históricos e teórico-metodológicos das concepções de Serviço Social na história latino-americana, privilegiando a tradição marxista, com destaque para as relações deste movimento com as lutas das classes subalternas.

Na compreensão dos antecedentes e das bases sociopolíticas da ESS/UCMG⁶ situa-se a dinâmica da *política* e da *cultura* no período de 1964-1968, período em que, passada a violenta repressão que se seguiu ao golpe, as lideranças democráticas, comprometidas com as forças populares e de esquerda, buscaram estratégias de rearticulação para confrontar o regime. Ao mesmo tempo, o “modelo econômico”, assentado no fim da estabilidade do emprego e numa política salarial depressiva (*o arrocho salarial*), atingiu os trabalhadores em suas condições imediatas de trabalho e de vida, desdobrando-se ainda em insatisfação na pequena burguesia urbana, que teve no movimento estudantil universitário sua manifestação mais visível.

A inquietude e explosão contestatória evidenciaram o florescimento de uma *cultura predominantemente de esquerda*, em todas as suas expressões (na literatura, no cinema, na música, na emergência de movimentos culturais), repercutindo na particularidade da conjuntura nacional os processos dos países capitalistas centrais e da periferia latino-americana (NETTO, 2014, p. 111-118).

No âmbito das universidades, desde meados dos anos de 1950 evidenciara-se uma aberta *politização* dos intelectuais, sintonizada às lutas sociais e à democratização em curso, destacando-se a luta em defesa da *escola pública* e o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. No imediato pós-golpe, o regime realizara o controle e destruição das organizações de docentes e pesquisadores estudantes, bem como de experiências e alternativas destinadas a democratizar os sistemas e processos educacionais, vinculando-os às necessidades da massa da população⁷.

No entanto, entre 1964-1968, o sistema educacional e universitário constituía um dos flancos vulneráveis e abertos ao apelo político contra a Ditadura Civil-Militar. Só a partir de 1968-1969 o regime autocrático golpeia o conjunto das instituições do sistema educacional, instaurando a sua política de educação compatível ao conjunto da política social da ditadura, funcional ao “modelo econômico”, iniciando pelas universidades, associadas a outras medidas de forte repressão⁸. A radicalização à esquerda também se efetivou nas Ciências Sociais, beneficiando-se da interlocução com autores marxistas, mas não só, e na definição do seu papel face à realidade subdesenvolvida e dependente da América Latina.

⁶ A experiência da Escola de Serviço Social de BH se desenvolveu de 1969 a 1975, mas esta pesquisa propõe abranger um período histórico mais largo, de 1964 a 1980, de modo a incorporar seus antecedentes, desdobramentos e influências posteriores, acompanhando a demarcação temporal definida na pesquisa coletiva referida na nota anterior.

⁷ Expressão deste controle foi a avassaladora repressão sobre a Universidade de Brasília, a ilegalização da UNE, o desmantelamento do Movimento de Educação de Base, o exílio do educador Paulo Freire, o fechamento das escolas vocacionais – núcleos de significativas experiências educacionais de secundarista –, instalação de Inquérito Policial Militar, com intimidação, processos e expulsão de universidades, entre outras.

⁸ Situa-se, nessa ofensiva, o Decreto-Lei n. 477, de 1969, conhecido como o *AI-5 do sistema educacional*. Sobre a política educacional superior da ditadura há uma vasta bibliografia; cito: Góes e Cunha, (1985), Fernandes, (1979), Netto, (1991), Motta, (2014), entre outros.

Belo Horizonte – região metropolitana em ampla industrialização e modernização desde meados dos anos de 1950 – foi campo político das elites reacionárias articuladoras do Golpe de 1964, como analisa Starling (1986). Entretanto, na contratendência, foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais, com a existência de uma forte tradição estudantil – democrática e de perspectivas revolucionárias e socialistas. Foi na capital mineira que se deu de início a influência das ideias do filósofo Pe. Henrique Vaz de Lima (teólogo jesuíta, estudioso da filosofia hegeliana e marxista, divulgador da *Revue d'Action Populaire*, publicada pelos jesuítas franceses) junto aos militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) H que deu origem ao nome Ação Popular, base do surgimento da organização de esquerda Ação Popular (AP) (SILVA, 1991). Além disso, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) H também teve forte enraizamento com quadros estudantis, intelectuais e operários. Teve início o estudo da crítica da economia política entre seus intelectuais, que, no exílio, desenvolveram a *teoria da dependência* (Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos). A vinculação dessa militância na experiência da ESS/UC também será objeto de estudo de suas bases políticas e ideológicas.

Em 1968 deu-se a eclosão da greve operária de Contagem – no cinturão industrial da capital H, a primeira depois do golpe, em claro confronto tanto à ditadura, que cerceava a liberdade e autonomia sindicais, quanto à sua política econômica fundada na superexploração do trabalho (ANTUNES; RIDENTI, 2007). Reivindicando aumento salarial acima dos índices oficiais, surpreenderam o governo militar, que foi obrigado a ceder. O movimento grevista contou com apoio e solidariedade de estudantes, intelectuais, quadros da Igreja Católica e outras instituições⁹.

No final daquele ano, com o AI-5, a repressão ditatorial abateu as forças e movimentos de oposição articulados na região (BATISTONI, 2014). Faz-se necessário, nesta reconstrução histórica, pesquisar as relações estabelecidas pelos protagonistas da proposta da escola mineira com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores, contribuindo para o adensamento dos estudos sobre a relação entre Serviço Social e movimentos sociais.

Essa dinâmica sociopolítica conjugou “para tornar Belo Horizonte um *topus* adequado à expressão inicial do projeto profissional da ruptura” (NETTO, 1991, p. 262). Articula-se àquelas referências o fato de a experiência da escola mineira desenvolver-se em uma instituição universitária com condições relativamente favoráveis, pela presença de forças progressistas da

⁹ Repercutiam em BH e em Contagem a história das lutas dos trabalhadores anteriores ao golpe, como a greve dos operários da Usiminas, em Ipatinga (1963), com forte repressão e assassinato, fato conhecido como o Massacre de Ipatinga. Movimentação também em outras cidades localizadas no Quadrilátero Ferrífero mineiro – maior produtor nacional de minério de ferro, “ nas cidades de Ipatinga, João Monlevade, Itabira, entre outras etc. (NEVES, 1995; VEN, 1987).

hierarquia católica, oferecendo aos docentes e discentes espaço de resistência intelectual e política, ainda sem sofrer os controles da Ditadura Civil Militar.

No protagonismo dos seus sujeitos, identifica-se um grupo de jovens docentes, sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga¹⁰, que assumira a hegemonia na Escola a partir de 1969, direcionando seu projeto de formação e exercício profissional no sentido de *romper* com o *tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas*, marcando uma inflexão na dinâmica de ensino da escola e da profissão no país.

Na equipe de docentes assistentes sociais destaca-se a presença de alguma experiência e contato com práticas do Serviço Social rural, de educação popular, vinculadas ao Movimento de Educação de Base, orientada pela pedagogia de Paulo Freire, e de práticas institucionais de desenvolvimento de comunidade. Como se conhece, estas práticas profissionais foram relevantes, tornando-se, desde o final dos anos 1950, um dos vetores dos primeiros questionamentos às bases tradicionais do Serviço Social e apontando a possibilidade de vinculá-lo a projetos societários pertinentes aos interesses das classes trabalhadoras. Esse processo foi analisado por Netto (1991, p. 136-142) como a erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil, interrompido com a instauração da Ditadura Militar.

Foram também incorporados ao corpo docente jovens profissionais de outras áreas – Filosofia, História, Jornalismo, Sociologia e Ciências Políticas – com aportes teóricos não só de referências clássicas do pensamento social (em sintonia ao que era já veiculado no âmbito das intelectualidades das Ciências Sociais no país naquele contexto), mas, também, de interpretações críticas do caráter do capitalismo brasileiro e da dependência latino-americana, bem como das primeiras análises acerca do significado do Golpe Militar.

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem *mecanismos institucionais* da universidade e determinados espaços do exercício profissional.

Tais mudanças implicaram em ações, podemos afirmar, em dois níveis. Primeiro, em uma reestruturação do ensino teórico-prático, sustentada na análise crítica da universidade brasileira nos moldes do acordo MEC-

¹⁰ Entre essas docentes, citamos duas de suas expressões individuais, cujo protagonismo sócio organizativo = e intelectual ultrapassou a experiência da Escola de BH: Consuelo Quiroga “ que foi também vice-diretora da Escola e diretora do Celats “, e Marilda Soares Villela, recém-formada na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Esse registro não dá conta das suas singulares contribuições posteriores.

Usaid, que operava a sua *refuncionalização* aos interesses da *modernização conservadora* do regime autocrático (NETTO, 1991, p. 53-68).

Buscou-se resgatar a possibilidade de condução da revisão curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. (ESS/UCMG, 1971b). A concepção globalizadora da proposta de currículo sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas “unidades de ensino e aprendizagem” (UAs), concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país.

As UAs eram organizadas em projetos semestrais de aprendizagem (PSAs). Além disso, eram articuladas no “contato com a realidade”, através de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ou ação profissional, realizados semestralmente, ao longo de oito semestre letivos, contemplando conjunto de disciplinas e os respectivos conteúdos, incluso as disciplinas especificamente profissionais.

As “equipes de prática” eram articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional. Apoiavam-se em uma orientação interdisciplinar (com a incorporação dos docentes das áreas afins, em suas devidas áreas de atuação, e participação de “monitoria” de discentes concluintes), resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional, como demonstram os relatórios das “equipes de prática” e os trabalhos de conclusão (denominados trabalhos de estágio de campo) (SANTOS, 1985; QUIROGA, 1973b).

Evidencia-se, na proposta de reestruturação da formação, a projeção de um perfil profissional com competência teórica, política e interventiva. Portanto, temos aí o eixo central da “formação de um profissional em que as capacidades técnicas estariam criticamente consteladas por uma sensibilidade política, respaldada informação teórica e disposição investigativa”, como conclui Netto (1991, p. 289) em sua análise da experiência da escola mineira.

O outro aspecto importante é que a experimentação das elaborações teórico-metodológicas foi conduzida através da prática *de extensão universitária* – constituída em campos de estágio, envolvendo esferas e organismos do poder público, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) do estado de Minas, prefeituras e agências de prestação de serviços, diferenciando-se de outras propostas metodológicas exemplares da Reconceituação em outros países latino-americanos. Projetava-se, desse modo, uma proposta para a prática profissional institucionalizada, contrapondo-se às críticas conservadoras ao Movimento de Reconceituação, que acentuam unilateralmente o seu caráter de mera denúncia do passado profissional e pelo suposto de sua negação da atuação dos assistentes sociais nos espaços profissionais (IAMAMOTO, 2015).

Destas articulações institucionais desdobra-se a estratégia de *interiorização* dos projetos de práticas profissionais nas referências teórico-

metodológicas do “método BH”, buscando operacionalizá-los tanto na capital quanto em outras cidades importantes no contexto econômico e social mineiro, como Contagem, Itabira, João Monlevade, Itajubá e Formiga. A formulação do “Método Belo Horizonte” foi sistematicamente experimentada em Itabira, obedecendo a critérios e controles previamente definidos, explicitando a delimitação do alcance do “*processo metodológico*”¹¹.

Sabe-se que outras experiências, levadas a efeito pela Reconceituação no país, ocorreram em instituições do mercado profissional de trabalho, merecendo destaque o Instituto Nacional de Cooperativas Habitacionais (Inocoop), instituição oficial que incorporou a proposta do conhecido “Método Belo Horizonte” na atuação profissional dos assistentes sociais. Trata-se, portanto, de dar visibilidade a estas experiências de incorporação do “Método BH” em sua experimentação nos espaços sócio-ocupacionais, como a do Inocoop, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, pelo resgate de sistematizações já realizadas por Abramides et al. (1984).

O projeto profissional da ESS/UCMG é expresso, em grande parte, no conhecido “Método de Belo Horizonte”, que contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo, não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola – de sua criação, em 1946, a 1970. Dessa maneira, foi denominado como “Serviço Social tradicional” e tomado como inadequado à realidade latino-americana.

Critica-se a aparente “neutralidade” teórico-prática da profissão, exercendo realmente “um papel conservador no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses”, conforme documentos referenciados (ESS/UCMG, 1971a, 1971b, 1974). Põe-se em questão os elementos teóricos que, quando não revelados, aparecem subjacentes à atuação profissional, referindo-se ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, a partir de uma visão microscópica e dicotômica “entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito-objeto”. (ESS/UCMG, 1974, p.6)

A crítica se desdobra à importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda a crítica à visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais com propósitos de “eliminar disfunções sociais, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas”, orientados pelas interpretações funcionalistas da dinâmica social. (ESS/UCMG, 1974, p.7)

¹¹ O detalhamento do processo metodológico e da pauta interventiva, sua síntese gráfica e a avaliação posterior à experiência em Itabira encontram-se em Santos (1985: 49-68). Ver: o balanço de Lima e Rodriguez (1977), coligido em Santos (1985) acerca do formalismo do processo metodológico, diagnosticado pelos autores-como *metodologismo* – a *explosão de uma época*, característica não só não da proposta de BH, mas de várias propostas da Reconceituação.

Nesse sentido crítico, estabelece-se a *contraposição* à perspectiva da modernização conservadora e a *recusa* ao conservadorismo reatualizado “processos em curso na dinâmica profissional brasileira, expressos nas sistematizações já citadas de Araxá e Teresópolis, nos conteúdos e pautas dos eventos promovidos pelas entidades da categoria.

A equipe docente articula uma nova proposta ao nível da formação acadêmica e do exercício profissional, demarcando a definição de seus objetos e objetivos baseados no pressuposto de uma análise da sociedade brasileira. Considera que o *objeto* da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida”, conectado ao *objetivo meta*, ou seja, “a transformação da sociedade e do homem” através de *objetivos meios*, “a conscientização, a capacitação e a organização”. (ESS/UCMG:1974, p.19). Tais definições trazem profundos equívocos e limitações, em que pese o reconhecimento da tentativa de historicizar o objeto e objetivos profissionais, o repúdio à neutralidade e ao transclassismo típicos do tradicionalismo profissional. Carregam as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento, atualizando as marcas messiânicas no trato dos profissionais, mediados pelos processos educativos da “pedagogia do oprimido”, inspirados na perspectiva de Paulo Freire, decorrendo uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos.

A formulação da estrutura teórico-metodológica proposta no “método BH”, que não é possível apresentar nesse trabalho, parte de uma reflexão epistemológica (dirigida para a relação teoria prática) e apresenta-se com formalismos e empirismos típicos da teoria da vulgarização marxista através de manuais, incorrendo em forte ecletismo. Identifica-se, nas referências teóricas, a ausência das fontes originais do pensamento de Marx; portanto, ela não possui base na apreensão do método e das categorias centrais para o desvendamento das relações sociais. A proposta em discussão exemplifica o que Quiroga (1989) qualificou como uma “*invasão às ocultas*” do positivismo no marxismo incorporado no seu referencial teórico-metodológico. Como avalia Iamamoto (2015, p.11):

O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o ‘Método Belo Horizonte’ explica aquela ‘invasão’: o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de ‘marxismo-leninismo’ na sua versão tida como ‘oficial’; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: ‘a prática como fonte de teoria’, tal como ali é trabalhada.

No viés da tradição marxista que a proposta da Escola de Belo Horizonte incorporou, encontram-se suas debilidades e equívocos, o que a comprometeu, ainda mais considerando o destaque do rigor e consistência com que formulou o seu projeto de formação e exercício. Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma

incorporação, realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil¹². Assim, torna-se eixo do estudo a análise das matrizes teórico-metodológicas que influenciaram esse projeto, com destaque *aos marxismos* e sua repercussão nos processos de ruptura com o conservadorismo.

A experiência da Escola de Serviço Social da então UCMG foi interrompida em 1975, no contexto de uma crise interna, não suficientemente esclarecida em seu processo, com a demissão de suas principais docentes formuladoras e dirigentes de escola, inviabilizando sua continuidade. O resgate da proposta de BH reaparece no final dos anos de 1970 e início da década seguinte, em novas bases sociais e políticas no país, no contexto de crise da Ditadura Militar e da democratização que se abre, em especial com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica.

No Brasil, sob a Ditadura Militar, ocorreu a consolidação da expansão monopolista, com alterações no processo produtivo, na organização e aparato do Estado, desdobrando-se para os aparelhos de hegemonia da sociedade, entre eles a universidade. Sob estas determinações e condições históricas constitui-se o processo de renovação do Serviço Social, gestando um novo perfil profissional através da consolidação de um mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais, bem como crescimento do contingente profissional; crescimento e inserção da formação no circuito universitário, sujeito às exigências do ensino, pesquisa e extensão; criação da pós-graduação *stricto sensu* com produção científica; interlocução acadêmica com áreas afins; renovação dos quadros docentes e mercado editorial; e reconhecimento pelas agências de fomento, entre outros aspectos (IAMAMOTO, 1998; NETTO, 1992).

A maturação acadêmica do Serviço Social brasileiro, iniciada sob as condições e amarras impostas pela Ditadura Civil Militar, adquiriu visibilidade no contexto da crise do regime, fazendo com que o Serviço Social vivesse *um descompasso*. Assim analisa lamamoto (1998), ao considerar que, ao mesmo tempo que dispõe de condições críticas para dar o salto necessário para responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, não apresentava ainda os pressupostos teóricos críticos para sustentar uma autorrenovação. Numa chave analítica carregada da perspectiva de his[toricidade, lamamoto (2015, p. 12) assevera:

Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão haviam amadurecido historicamente. Repô-

¹² A superação crítica da proposição da escola mineira só poderia ocorrer pela apropriação do referencial do legado teórico-metodológico marxiano, o que se deu uma década depois, com a produção teórica de lamamoto (1982), na análise do Serviço Social inscrito na lógica da produção e reprodução das relações sociais.

las significaria potenciar os seus equívocos. [...] não restou outra alternativa senão um mergulho na pesquisa histórica aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional (ainda inconclusas).

Este projeto de reconstrução e análise crítica do Movimento de Reconceituação, na particularidade brasileira, inscreve-se neste esforço coletivo sustentado na perspectiva de articulação entre a história do país, a crítica e a autocrítica do conhecimento junto à profissão. É, portanto, um desafio para a contribuição à *tarefa inconclusa* de adensamento dos fundamentos históricos e teóricos da profissão.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. et al. (Org.). *Repensando o trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1984.

ALAYÓN, N. (Org.). *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976.

_____. (Org.). *Trabajo social latino-americano*. A 40 años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Ed., 2005.

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e Estudantes estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez., 2007.

BATISTONI, M. R. Organização sindical metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas. In: ABRAMIDES, M. B. DURIGUETTO, M. L. *Movimentos Sociais e Serviço Social*. Uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. *Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG*. Belo Horizonte, ESS/UCMG, Minas Gerais: 1974. [mimeo].

_____. *A prática como fonte de teoria*. Belo Horizonte, ESS/UCMG, 1971a. [mimeo].

_____. *Uma proposta de reestruturação profissional*. Belo Horizonte, ESS/UCMG, 1971b. [mimeo].

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *A universidade brasileira reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

GÓES, M.; CUNHA, L. A. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Proposta de interpretação histórico-metodológica. In: IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, L. L. Entrevista memória com Leila Lima Santos. *Serviço Social na América Latina: 1970-1980*. *Revista Em Pauta*,

Rio de Janeiro, n.º 20. Rio de Janeiro: FASS/UERJ, 2007, p.163-179. *50 anos do Movimento de Reconceituação*. Seminario latinoamericano de escuelas de Trabajo Social. La formación profesional em trabajo social: avances y tensiones em el contexto de América Latina y Caribe a 50 años de la reconceptualización. Alaiets/Amiets/Atsmac. Aguas Calientes, México, 2015. [mimeo].

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Coords.). *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Brasil, Chile, Argentina e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. Projeto de Pesquisa/UERJ: Rio de Janeiro: Uerj: fev/2016, [mimeo].

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LIMA, L.; RODRIGUEZ, R. Metodologismo: estallido de una época. *Acción Crítica: Lima (Peru)*, n. 2, p.15-41, jul., 1977.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura, política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo n. 5, 1981.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O movimento Movimento de reconceituação Reconceituação (40 anos depois). *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez; n. 84, p. 5-20, 2005.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, M. de A. *Trabalho e cidadania. As trabalhadoras de Contagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

QUIROGA, C. (Org.). *Compendio sobre: Metodologia metodologia para o Trabajo Social. Série ISI 4*, Buenos Aires: Editorial Ecro, 1973a.

_____. (Org.). *Compendio sobre: reestructuración de la carrera de Trabajo Social*. Buenos Aires: Editorial Ecro, 1973b.

_____. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez/Celatez 1985.

SILVA, L. M. R. da. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de (Doutorado) “ Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, PUC/SP, 1991.

STARLING, H. M. M. *Os senhores das Gerais. Os novos inconidentes e o golpe militar*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VEN, M. M. L. Movimento Operário operário e Sindical sindical (1972-1985). In: *Movimentos Sociais sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, p. 25-51, 1987.

DOI: 10.12957/rep.2017.32745

Recebido em 04 de dezembro de 2017.

Aprovado para publicação em 05 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.